

Revista Brasileira de Ciências Humanas

ISSN 3085-8178

vol. 1, n. 5, 2025

••• **ARTIGO 14**

Data de Aceite: 19/11/2025

O ARQUIVO E A ESCOLA: A HISTÓRIA DE QUEM PASSOU E PASSA PELA ESCOLA

Andressa Tatiele Pohlmann

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Patrimonial, Linha de Pesquisa História e Patrimônio Cultural e docente de língua portuguesa na Rede Municipal e Estadual de Ensino de Restinga Seca – RS

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Orientador – Professor Doutor do PPGPC - UFSM



Todo o conteúdo desta revista está licenciado sob a Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

Resumo: O presente artigo foi apresentado como atividade solicitada pela disciplina Tópicos Especiais I, disciplina esta ofertada como eletiva do Programa de Pós-Graduação Mestrado profissional em Patrimônio Cultural, da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. No decorrer das discussões são tratadas especificamente as temáticas referentes ao arquivo escolar, sua importância e necessidade de preservação. Partindo do questionamento sobre de que forma os documentos escolares podem ser apreciados como testemunhos de uma história muito importante e com o objetivo de despertar a consciência da necessidade de preservar essas fontes tão respeitáveis, foram consultados autores que abordam a temática, para refletir e dissertar sobre o assunto proposto.

Palavras-chave: arquivo; escola; história; estudo.

INTRODUÇÃO

As discussões realizadas na disciplina Tópicos Especiais I, foram muito importantes, pois trouxeram pressupostos teóricos e reflexões diversas que fazem analogias a várias realidades, bem como uma importante troca de conhecimentos entre os participantes. Nesse sentido, com foco na minha pesquisa de dissertação, que versará sobre a história da primeira escola do município de Restinga Seca, um assunto chamou a atenção em especial: a preservação dos arquivos, com enfoque na minha realidade que são os arquivos escolares.

Sempre que precisamos de uma comprovação escolar, por exemplo, buscamos nosso histórico na instituição de ensino da qual fizemos parte. Mas nunca paramos para pensar em como as demandas de produção de comprovantes, entre outros tantos

arquivos, são importantes e como é necessária sua conservação. Em uma realidade que predomina nos ambientes escolares, não temos especialistas em arquivologia, lidando diretamente com a salvaguarda de documentos importantes, não é o ideal, mas infelizmente é o que nosso sistema atual impõe: muitas vezes secretários e secretárias escolares fazendo o papel de arquivologistas da melhor forma possível, porém sem muito conhecimento específico de documentos tão importantes e que contam diversas histórias.

A questão problematizadora, que norteou essa pesquisa teórica, foi de que forma os documentos escolares podem ser apreciados como testemunhos de uma história muito importante, objetivando despertar a consciência de preservação para que importantes fontes não sejam perdidas ao longo do processo. Sendo assim, foram buscadas fontes que embasassem essas reflexões, em diversos autores que versam sobre o tema.

ARQUIVOS ESCOLARES: UMA HISTÓRIA IMPORTANTE COM POUCO LUGAR

Na sociedade brasileira atual, todas as crianças de 4 à 18 anos devem estar matriculadas nos estabelecimento de ensino. Essa passagem pela escola deixa recordações em todos os envolvidos, muitas vezes fotografias contam um pouco dessas histórias, porém a produção de documentos e comprovantes para os mais variados fins, também marca a trajetória escolar dos alunos. Segundo Almeida e Silva (2013, p. 5) “conhecer, organizar, guardar e preservar os acervos contribui para a produção da história e da memória de uma sociedade”, sendo assim, não podemos permitir que se percam

os acervos escolares, sob risco de estarmos perdendo também uma parte importante da história e memória dos indivíduos, muito pelo contrário: precisamos conhecer ainda mais essas fontes tão importantes.

Observando o que acontece no ambiente escolar, muitos documentos têm a necessidade de serem arquivados pela sua relevância e futura utilidade. Nas escolas localizadas na zona rural, onde trabalhei e trabalho, já presenciei senhoras que para se aposentarem como produtoras rurais precisavam dos históricos escolares dos filhos, dessa forma comprovando sua vivência na zona rural e trabalho na lavoura. Conforme especifica Cantalice:

“a salvaguarda da memória no arquivo escolar requer a preservação dos documentos que faz parte da memória que representa a escolarização passada, e cada instituição que tem sua característica própria no seu repositório, os documentos que estão relacionados com o seu funcionamento e a vida escolar do aluno, são importantes para pesquisa histórica da educação e serve de informação e solicitação para os ex-alunos em busca de documentação comprobatória de escolaridade” (2014, p.20)

Só que, os espaços destinados as guardas desses documentos são questionáveis, Michelotti conclui que “nem sempre as instituições possuem um local adequado de guarda para seus arquivos permanentes ou não possuem condições e/ou os conhecimentos

mentos arquivísticos necessários para fazê-lo de forma correta” (2022, p.21). Apesar de existir a boa vontade em fazer o melhor, da forma mais otimizada possível, a necessidade de se ter um profissional da arquivologia é muito latente, mesmo sabendo que provavelmente seria impossível ter um arquivologista em cada escola, talvez uma saída fosse o revezamento de um profissional, vinculado ao poder administrativo municipal, especializado em arquivos escolares por todas as escolas do município.

É assustador pensar que documentos centenários podem ser danificados ou extraviados por aqueles que não conhecem o seu valor e a melhor forma de preservá-los, por não ser sua área de atuação específica. Michelotti declara que:

“As organizações escolares possuem documentos que vão desde sua criação e estes fazem parte de sua memória e do seu patrimônio, de seus arquivos permanentes e como tal, são conjuntos de documentos de valor histórico, informativo ou probatários, que devem ser devidamente preservados. Aqueles que porventura já tenham cumprido as finalidades de criação passam a ser fonte de pesquisa. Representam, inclusive, o patrimônio cultural, educacional, social, econômico ou político da instituição e do local onde está encontra-se inserida.” (2022, p.21)

Pensando nesse sentido todos os documentos produzidos no ambiente escolar são importantes, mesmo que um plano de ensino, por exemplo, cumpra o seu papel de aplicação durante um ano letivo, ele pode vir a servir como fonte de pesquisa sobre as tendências pedagógicas aplicadas naquele ambiente escolar durante determinado período. Só que, teremos uma dualidade: onde guardar tudo que é gerado? Sem dispor de espaços específicos, fica algo muito difícil de ser concretizado.

Conforme indica o artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988)

Através desse artigo da Constituição, compreendemos melhor que os documentos também constituem o patrimônio cultu-

ral brasileiro, que devem ser preservados por todos, para que aqueles que deles necessitarem possam ter acesso.

O problema de salvaguardar os documentos barra na questão física, mas também na questão normativa específica, que não é clara nos ambientes de ensino, do que guardar, de como e onde guardar. Em conformidade com Almeida e Silva:

“Sabemos que um dos problemas graves que ocorrem no interior das escolas é a eliminação de documentos. Desse modo, quase todos os arquivos possuem lacunas, que se devem, principalmente, as falhas nas normas legais que tratam da preservação dos documentos nos espaços educativos” (2013, p.1)

Enquanto não houver nas administrações públicas, orientações e normativas bem claras sobre a questão dos arquivos, especificamente sobre os arquivos escolares, que ainda menos tem orientações disponíveis, o problema da eliminação de documentos não será resolvido. Precisamos urgente que um profissional habilitado normatize e oriente condutas, antes que se percam patrimônios valiosos para entender a educação através dos tempos.

Devemos ter a noção que patrimônio não são heranças materiais apenas, como os prédios por exemplo, tudo que registra uma caminhada ao longo do tempo é considerado patrimônio. Em concordância com Michelotti (2022, p.46)

“destaca-se o entendimento de patrimônio, as referências da produção humana ao longo do tempo, podendo ser tanto material quanto imaterial, registrando a construção da história de um povo, de uma sociedade, de uma localidade, de uma instituição, entre outros”

A consciência do que é um patrimônio tem adquirido novos significados ao longo do tempo, agora se inclui a noção de que as instituições escolares são um patrimônio extraordinário por tudo que gira em torno delas, suas vivências e aqueles que fizeram parte de sua história.

Ao buscar respostas sobre os percursos da educação brasileira, Almeida e Silva consideram que “os documentos armazenados nos arquivos escolares configuram o patrimônio educativo de cada instituição e tornam possível escrever o itinerário da instituição” (2013, p.6). Muitas vezes, infelizmente talvez algumas lacunas sejam encontradas ao buscar reconstruir a trajetória de uma instituição, se não ocorrer a devida guarda, será impossível recontar com exatidão os acontecimentos em sua totalidade.

Para que essa prevenção aconteça, tem-se a necessidade de entender que “os arquivos escolares são lugares onde são preservados documentos administrativos, probatórios e históricos, que guardam a memória da instituição e das pessoas que por ali passaram” (Michelotti, 2022, p.33). Ou seja, é uma vasta produção diária a ser arquivada nas instituições escolares.

Muitas vezes é aberta a discussão sobre a temporalidade desses acervos, Almeida e Silva defendem que “os documentos não

devem ter um limite temporal, pois mesmo que tenha passado um grande período, pode servir como base para pesquisas, pois possuem historicidade” (2013, p.4). Tem-se dessa forma mais uma questão polêmica, mas importante. Nossa escolas precisam estar preparadas para serem campos de pesquisa, para que quem busque informações sobre sua historicidade, as encontre da melhor forma possível.

Cantalice (2014, p.26) reflete muito sobre essa questão, ao afirmar que “a preservação é essencial para qualquer tipo de arquivo, e nos escolares não seria diferente, para isto é preciso mantê-los organizados e conscientizar os profissionais envolvidos sobre sua importância e seu valor cultural”. Essa consciência já está presente, pois as escolas mesmo não possuindo arquivologistas, fazem o melhor possível nas condições que têm, já que possuem a consciência da importância das documentações com que lidam.

Ao focarmos em uma escola centenária, que tem atas importantes registradas em livros que ainda estão íntegros, precisamos definir estratégias de preservação, para que esses documentos permaneçam contando a história e não se deteriorem. Cantalice observa que:

“Uma das principais características da preservação é o seu valor probatório e/ou informativo, é necessário resgatar a memória dos arquivos escolares para saber de onde viemos e a que escola pertencemos. Para que a memória educacional seja preservada entre as gerações é necessário conservar a

integridade física e contribuir para minimizar a deterioração de tais documentos.” (2014, p.26)

Conhecer diferentes formas de preservação para conservar esses documentos, é algo muito presente nos cursos de arquivologia, mas ainda deficientes nos profissionais de educação que lidam com esse material. Reitero a necessidade de um profissional habilitado prestando assistência as escolas em relação a estas questões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebemos que vários profissionais lidam diretamente com a burocracia escolar, consumindo e produzindo os mais variados tipos de documentos, que vão desde um atestado de presença até um histórico escolar, que muitas vezes conta a trajetória do aluno desde a educação infantil até os anos finais, porém ainda existe a necessidade de padronizar os fluxos e organizar os arquivamentos.

O que é inegável em todo o processo, é a importância que esse acervo tem, Almeida e Silva complementam que (2013, p.9) “Os documentos têm um valor intrínseco, neles encontramos a história da escola. Eles têm uma importância fundamental para que possamos construir a memória das escolas”. Esse valor essencial precisa sempre ser afirmado frente aqueles que estão diretamente lidando com eles, onde carecemos muito de ações orientadoras e formações para esses profissionais.

Por fim, apreciar os arquivos escolares com a devida importância que merecem é algo muito mais do que necessário é essencial, pois:

“Relembrar histórias é fortalecer raízes, assim os diferentes documentos de arquivo, originados pelas funções e atividades de uma organização são influenciados pelo contexto social que os abarca, e enquanto patrimônios culturais carregam em si uma enorme potencialidade para a formação da identidade de uma instituição, pois estão cheios de significados...” Michelotti (2022, p.90)

Entender que estamos lidando diretamente com patrimônios culturais de uma instituição, faz jus a reflexão proposta por esse artigo, já que muito mais do que simples comprovações, temos também significados e identidades específicas de determinada localidade, época e pessoas. Futuramente podem servir como esclarecimentos e importantes fontes de consulta para entender o momento que estava passando em suas datas registradas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Susana Mikui & SILVA, Celeida Maria Costa de Souza e. Os arquivos escolares e a formação da memória educacional da Escola Estadual 26 de agosto em Campo Grande- MS (1936- 1982). Anais XXVII. Simpósio Nacional de História. Natal, RN. 2013.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 02 fev. 2021.

Cantalice, Lúcia de Fátima da Silva Soares. Arquivos escolares: uma proposta de um instrumento de controle de acesso e uso documental para o arquivo permanente do Colégio Polígo-
no./ . – João Pessoa: UFPB, 2014. 49.: il

- Michelotti, D. de V., & Zanki Cordenonsi, A. (2023). Preservação da memória Educacional da Escola Estadual de Ensino Fundamental Francisco Manoel - Restinga Sêca/RS - Catálogo Fotográfico. ÁGORA: Arquivologia Em Debate, 33(66), 1–21. Recuperado de <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1099>